



ACTA Nº 6/2011

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2011  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 4 DE JULHO DE 2011

-----No dia 4 de Julho de 2011, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Junho de 2011 da mesma Assembleia Municipal, cuja 1ª Reunião se realizou no passado dia 27 de Junho de 2011 e de que falta tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos – Ano 2010;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento de 2011;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Desafectação de Parcela de terreno do Domínio Público Municipal sita na Vila da Luz – Freguesia da Luz;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e Investigação do Município de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao artigo 10º do Regulamento da Componente de Apoio à Família e republicação, na íntegra, do referido Regulamento;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para a subscrição da Carta de Adesão à “MARALGARVE - Associação para a Dinamização da Economia do Mar na Região do Algarve”, a participação do município na Associação como sócio fundador, bem como a aprovação da minuta dos estatutos;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de Nomeação de Auditoria Externa para Certificação das Contas do Município de Lagos.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 53 minutos, verificando-se as seguintes presenças:



Fl. 42v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL</b>
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia de Sta. Maria)
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Maria Teresa Andrêz Gonçalves
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipal:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL</b>
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira



PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos	1 dia	Maria Teresa Andrêz Gonçalves

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Sta. Maria)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro.
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia de Sta. Maria)	Substitui o Sr. Paulo Jorge Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Sta. Maria).
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 38º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro.
PS	Vítor José Batalha de Oliveira (Secretário da Junta de Freguesia de S. Sebastião)	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador



Fl. 43v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicada:

<b>PARTIDO</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**PONTO 3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOS – ANO 2010:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-7.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta introdução, entrou na sala a seguinte Deputada da Assembleia Municipal:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL</b>	<b>HORA</b>
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.56

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), no âmbito do documento em discussão neste Ponto da Ordem do Dia, perguntou quais eram, no ponto de vista do Sr. Presidente da Câmara Municipal, as maiores preocupações, em termos das contas da Câmara Municipal, do Executivo, na sequência da apresentação do documento em causa, assim como questionou quais os maiores obstáculos que a Câmara Municipal enfrenta perante o transmitido pelos documentos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a questão colocada é uma pergunta aberta, sendo que poderia falar durante horas sobre a questão colocada. Referiu que as contas do Município são conhecidas, uma vez que são transparentemente publicadas. Disse que era do conhecimento geral que o País atravessa uma grande crise, fruto de uma crise internacional, sendo que já em dois mil e oito cerca de cem Municípios estavam na situação de desequilíbrio conjuntural e cerca de cinquenta em situação de desequilíbrio estrutural, não pertencendo o Município de Lagos, nessa altura a esta lista, mas no presente encontra-se numa situação considerada de desequilíbrio conjuntural, que exige e permite, de acordo com as várias maneiras de encarar o problema, a possibilidade de um Plano de Saneamento Financeiro e não um Plano de Reequilíbrio Financeiro, uma vez que não se mostram evidenciados os pressupostos de tal tipo de Plano. Referiu que, em relação a dois mil e oito, deve haver o dobro, ou mais, de



Municípios em dificuldades financeiras, sendo o Município de Lagos um deles, como prova a aprovação do empréstimo a curto prazo, pela Assembleia Municipal, na primeira reunião da presente Sessão. Informou que este assunto foi falado na reunião da AMAL e neste momento nenhum Município do Algarve está bem. Disse que a grande dificuldade, para já, é o curto prazo, é o cumprimento das acções assumidas e vencidas e a necessidade de encarar o médio e longo prazo com maior tranquilidade, recorrendo aos mecanismos que a Lei das Finanças Locais permite. Informou que a grande quebra foi ao nível da receita decorrente das transacções imobiliárias e de uma forma geral, do mercado imobiliário, que caiu brutalmente, criando uma situação de falta de liquidez, no Município de Lagos, uma vez que estas receitas são a base do financiamento do Município. Afirmou que o Município de Lagos não está bem, mas apesar disso há piores, estando a ser feito tudo para que a situação melhor o mais rápido possível e no sentido de ser criada uma situação equilibrada entre as receitas e as despesas. Disse que as maiores dificuldades e obstáculos são exteriores ao Município, recordando que a Estado, nos últimos tempos, retirou cerca de vinte e cinco por cento das verbas a transferir para Lagos, sendo que, pelo que se ouve, a Troika e o novo Governo, estão a pensar reduzir ainda mais as transferências para os Municípios. Referiu que os documentos em discussão são a demonstração, cabal, da situação económico-financeira, de todo o grupo municipal, devidamente certificadas pelos auditores, com os devidos reparos, que serão tomados em conta para que não sejam repetidos no futuro os mesmos erros.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	21.02

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que os documentos em discussão estão tecnicamente bem elaborados e por isso o voto do BE iria ser a favor. Referiu que os documentos demonstram uma série de fraquezas em relação à gestão do Município, resultantes das escolhas políticas do Executivo, como o pesado ónus da constituição das empresas municipais, da construção do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, que deixam encargos para as próximas gerações de Lacobrigenses. Disse que o impacto das grandes obras deve ter uma leitura a longo prazo e o que vai acontecer é que ano, após ano, vão ser aumentadas taxas e impostos variados sobre a população para compensar a perda de rendimentos da Câmara Municipal, advindos da construção, como já referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Congratulou-se por ver no Relatório referidas, pela primeira vez, as Empresas Municipais, lastimando que tal advenha de uma imposição legal.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



Fl. 44v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL</b>	<b>HORA</b>
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.08

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que sempre que o Grupo do PSD levanta qualquer questão em relação ao financiamento da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara evoca outras Câmaras, que estarão pior que a de Lagos, a Troika, o Governo, os tempos que vêm, que serão mais difíceis, no entanto foi aprovado, já nesta Sessão um empréstimo e o Sr. Presidente informou que virá, em breve, outro pedido de empréstimo, sem deixar de falar no saneamento financeiro, que no entender do Grupo do PSD, não deve demorar muito a ser apresentado. Disse que há outras situações que preocupam a Bancada do PSD e para as quais não pode deixar de chamar à atenção e porque é que isto chegou a esta situação. Referiu que já está habituado a ouvir que a culpa é da crise, do Governo, da situação internacional, da Troika, etc. , no entanto, muitas das vezes as crises nos Municípios são feitas por quem dirige o Município. Reconheceu ser verdade o facto da diminuição das receitas. Recordou que já em dois mil e oito o Grupo do PSD alertava para o despesismo desenfreado da Câmara Municipal em questões que lhes parecia demasiado fúteis, como o Cineport, a curva do autódromo, a Caravela, que eram garantia de retorno financeiro, que acabou por não se verificar. Disse que gostava que o Sr. Presidente da Câmara, um dia, dissesse qual foi o retorno financeira do investimento da Caravela, uma vez que tinha dito, que havia cerca de trinta Municípios interessados em alugar a Caravela. Referiu estar convencido de que se o Sr. Presidente da Câmara Municipal tivesse ouvido a Bancada do PSD, sobre os três exemplos já citados e tivesse evitado as despesas relacionadas, talvez não fosse preciso contrair o empréstimo a curto prazo, aprovado já na presente Sessão. Disse ainda que não queria fazer referência a obras que foram feitas, que no momento não dão qualquer rendimento, dando mesmo prejuízo. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara fala em contenção de despesas, mas na próxima reunião de Câmara vai ser concedido um apoio extraordinário, no valor de vinte e cinco mil euros, ao andebol da Gil Eanes, questionando-se como é possível uma situação destas, numa altura de crise.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL</b>	<b>HORA</b>
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.09

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) solicitou esclarecimentos sobre os clientes de cobrança duvidosa, mencionados nos documentos em discussão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Assembleia Municipal é chamada a apreciar estes documentos que pela primeira vez são apresentados ao Órgão



Deliberativo e só através destes documentos é que a Assembleia Municipal teve conhecimento do que se passa com as Empresas Municipais. Referiu que cabe à Assembleia Municipal fazer uma apreciação política dos documentos e essa apreciação, por parte da CDU, é negativa, não fazendo nenhuma apreciação positiva do resultado apresentado na documentação. Disse compartilhar de muito do que já foi dito, principalmente da desculpa dada com a crise mundial, quando todos sabem que dois terços dos países mundiais não estão em crise e os que estão têm culpados que nunca são falados. Referiu que é bom sabermos como estão os outros Municípios, mas o que está em causa é o de Lagos, acrescentado que a Câmara fica sempre de fora das culpas pelo estado das contas da autarquia, sendo que a CDU entende que a Câmara também teve culpa, tendo sido ela a levar a estes números apresentados e a esta situação de dificuldade que se assiste, acrescentando que não foram só os factores nacionais e internacionais que levaram ao actual estado do Município, foram também as opções que a Câmara tomou que levaram a que esta situação se agudizasse; podia-se ter alguns problemas, mas não tão graves como os que se verificam.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) na sequência da afirmação do Sr. José Manuel Freire, de que cerca de dois terços dos países não estão em crise, desafiou este Deputado Municipal a dizer quais os países, desses dois terços, em que as populações não vivem em estado de miséria. Disse que o PSD usa um discurso tipo “banha da cobra”, esticando até ver se dobra, mas ao PS não conseguem dobrar. Afirmou que o PSD tem um pensamento duplo e acrescentou que todas as propostas que o Executivo Municipal traz à Assembleia Municipal, para apreciação, e que tenham em vista o atenuar da crise, não são alvo de uma oposição responsável, bem pelo contrário, é uma oposição de “deita abaixo e de enterrar”, não valendo a pena falarem dos exemplos dados (Cineport, curva, Caravela). Disse que gostava de saber o que pensa o Grupo do PSD em relação às medidas tomadas pelo Governo, que vão muito além das estipuladas pela Troika e que vêm recair nos bolsos de todos os portugueses. Acrescentou que o PSD local pensa de uma maneira em relação à crise do país, estando com o Governo que é PSD e pensa de outra maneira em relação à crise municipal, porque a Câmara Municipal é governada pelo PS. Afirmou que apesar das dificuldades a Câmara Municipal de Lagos tem continuado a investir na educação e na acção social.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que “banha da cobra” vendeu o PS aos Lacobrigenses e a Portugal e foi isso que levou a que o País se endividasse durante os anos de governação socialista, o mesmo que se endividou durante trinta anos de democracia. Referiu que oposição responsável não é aquela que vai atrás do sim, não é aquela que pratica a aeróbica democrática, que é aquela que o PS pratica nesta Assembleia Municipal; fácil é dizer sim a todos e difícil é gerir e dizer não a muitos. Disse que basta olhar-se para os documentos em causa para se chegar à conclusão de que não valeu a pena e que mais não é melhor, pelo contrário. Referiu que o que esperava de uma governação responsável, que é o Executivo e quem o apoia, era que não viesse à Assembleia Municipal com o jogo do “toca e foge”, mas sim que viessem com medidas concretas, como por exemplo a reestruturação das Empresas



Fl. 45v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

Municipais, para não ter que cortar na educação e na acção social, como se vai ver em pontos a apreciar nesta Sessão. Afirmou que a política do PS em Portugal e no Concelho foi de que enquanto havia dinheiro tudo se fazia, mas em tempo de “vacas magras”, onde se vê quem tem capacidade para gerir, vê-se alguns ideais esbatendo-se e em vez de tirarem onde devem não o fazem.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que a “banha da cobra” que o PS vendeu em Lagos, foi boa, porque deu frutos, ganharam.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os documentos em discussão estão no plano económico e a crise também é no plano económico e os dois terços dos países mundiais não estão em crise económica, por isso não vale a pena desviarmos dos assuntos, nem confundi-los só para desviarem as atenções do que está a ser discutido.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que as críticas são legítimas, mas muitas não se justificam. Disse que nenhum Município está sozinho no mundo, e qualquer análise tem que ser feita no âmbito do mundo onde se vive. Referiu que gostava muito de ter ouvido propostas válidas, mas infelizmente nunca registou uma única proposta que fosse susceptível de conduzir o Município a uma situação melhor, sendo que a única proposta do PSD, nos últimos tempos, foi de colocar o IMI nos valores mínimos, acrescentando muita isenções. Disse que há investimentos que são feitos que é difícil contabilizar os seus ganhos, como por exemplo o investimento no autódromo. Referiu que a situação que se vive no Município não é culpa de ninguém, mas sim fruto de uma situação internacional, acrescentando que não abdicar de tudo o que fez, nem das decisões políticas que tomou, estando muito orgulhoso de ter feito a obra que está feita. Disse ser verdade o facto da Câmara ir conceder um apoio de vinte e cinco mil euros ao andebol da Gil Eanes, campeão nacional, merecendo, no ponto de vista do Executivo, este incentivo. Informou que os clientes de cobrança duvidosa são aqueles que devem água, saneamento e resíduos sólidos, ocupação de via pública e publicidade. Disse que a Câmara está atenta a tudo o que está relacionado com a sua actividade e por isso está a trabalhar no Plano de Saneamento Financeiro. Referiu ainda que há gerações que vão ter muito mais para pagar noutros municípios e não terão tanto para desfrutar como vão ter as próximas gerações em Lagos.-----

-----Posto isto passou-se à votação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE LAGOS REFERENTES AO ANO 2010**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>CDS</b>	<b>CDU</b>	<b>BE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	0	0	0	1	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	1	0	0	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	5	0	1	0	<b>6</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 36/AM/2011:**

-----**Deliberado** por maioria, aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas e o Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos



referentes ao ano de 2010, nos termos consignados na alínea c) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 2 do Artigo 47º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal a 9 de Junho de 2011, no uso de competências delegadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 28 de Outubro de 2009, e dada a conhecer à Câmara Municipal, na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim: “O Município apresentou em 2010, um resultado líquido negativo de € 15.226.972,96; Esta é uma demonstração cada vez mais óbvia do fracasso da gestão Socialista, que está a conduzir o município para a ruína, com consequências altamente negativas que irão comprometer de forma significativa o Futuro de todas as gerações; Para este resultado em muito contribuíram as Empresas Municipais criadas pelo Partido Socialista; Neste particular, e não exercendo nenhum exercício de adivinhação o Partido Social Democrata alertou em devido tempo para esta inevitabilidade; Mais uma vez recomendamos que o Partido Socialista reconsidere a sua forma de actuação neste particular, e que efectue uma gestão responsável dos dinheiros públicos, atacando sobretudo a redução da despesa, não castigando cada vez mais os municípios com aumentos de impostos e taxas.”-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DE 2011:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-8.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se a verba de cerca de um milhão de euros de receita vai ser distribuída por rubricas de despesa.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o questionado foi respondido na sua introdução ao assunto.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DE 2011**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	0	0	0	0	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	1	1	1	<b>3</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	5	0	0	0	<b>5</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 37/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010, bem como ao Mapa de Pessoal, nos termos consignados nas alíneas b) e o) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09,



Fl. 46v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “A receita prevista no Orçamento inicial de 2011 foi revista em cerca de 1 milhão de Euros, aumentando consequentemente a despesa nesse mesmo montante; Tendo-se assistido ano após ano a uma sobre-orçamentação, esta proposta irá permitir ao Executivo agravar ainda mais as condições económico-financeiras do Município, aumentando desta forma o seu já elevado Passivo; A continuação deste caminho, a continuada "fuga prá frente" irá fazer com que as Pessoas, as Empresas, os Fornecedores e todo o conjunto de Associações existentes no Concelho, não tenham a possibilidade de enfrentar e apoiar em proximidade um conjunto crescente de pessoas cada vez mais carenciadas, arrastando o Município, para além de uma falência económico-financeira, também para uma falência social. Gostaríamos de ver esta verba colocada como amortização de dívida, ou outra rubrica do género, mas assim não decidiu o PS.”

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL SITA NA VILA DA LUZ – FREGUESIA DA LUZ:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-10.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que em relação a este tipo de matérias tem estado em desacordo com a Câmara Municipal, quanto ao método de avaliação destas operações, contudo a título excepcional e tendo em consideração as entidades envolvidas, designadamente a paróquia da Luz e o objectivo desta acção e os meios de financiamento envolvidos, o PSD irá votar a favor do assunto em causa.

-----A Sra. Manuela Goes (BE) anunciou que o voto do BE será a favor da proposta apresentada pela Câmara Municipal por se tratar da desafecção de um terreno que visa a construção de equipamento que terá usufruto por parte da população; serve a comunidade e não interesses especulativos.

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a avaliação feita foi de acordo com as regras que a Câmara aprovou para avaliar o seu património quando o cede a alguém, mas isto não significa que a Câmara vá vender a parcela de terreno em causa, à paróquia da Luz, pelo valor mencionado na documentação, ou seja, provavelmente a Câmara não irá cobrar nada à paróquia da Luz, dado o destino social a dar à parcela de terreno.

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL SITA NA VILA DA LUZ – FREGUESIA DA LUZ.**



-----**DELIBERAÇÃO Nº 38/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por unanimidade, autorizar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 452 m<sup>2</sup>, confrontando do norte, do sul, do nascente com domínio público e do poente com o alvará de loteamento 2/85 em nome de Maria Margarida Franco de Oliveira Neves Cabrita, com o valor de 186 030,00€ (cento e oitenta e seis mil e trinta euros), destinada à edificação do salão paroquial e arranjos do adro da igreja da Luz, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do nº 4, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 20 de Abril de 2011.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 54 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 14 minutos.-----

-----**PONTO 6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) disse que o PSD se mostra contra esta redução proposta pela Câmara Municipal, uma vez que os valores propostos, cerca de cento e oitenta euros mensais, é insignificante para qualquer estudante do ensino superior, quando esta bolsa não é acumulável com qualquer outro subsídio. Referiu que a proposta apresentada contradiz-se, uma vez que vai contra o que está escrito na nota justificativa do Regulamento. Disse que o valor anterior já era baixo, sendo que este ainda desce mais. Referindo-se à verba que vai ser atribuída à Gil Eanes por ser bicampeã nacional de andebol sénior feminino, disse que a mesma se fosse canalizada para estas bolsas, possibilitaria a chegada ao topo de muitos estudante universitários. Disse que os valores e o número de bolsas deviam, pelo menos, manterem-se. Terminou anunciando o voto contra do PSD neste Ponto da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que tinha solicitado a distribuição pela bancadas da Assembleia Municipal da Lei dos Conselhos Municipais da Juventude e chamou à atenção para a alínea c) do número 1, do artigo sétimo, que menciona que tudo o que tenha a ver com regulamentos que tenham a ver com a juventude, deve passar pelo Conselho Municipal da Juventude. Referiu que o PCP, há cerca de trinta anos, integrado numa outra coligação, apresentou a proposta de atribuição de bolsa de estudo, o que veio a ser instituído e a favorecer muitos jovens do Concelho. Disse que a “bandeira” é apoiar acções sociais, mas quando se chega a questões concretas começa-se a assistir a cortes e a alguma falta de rigor. Face ao



Fl. 47v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mencionado, anunciou o voto contra da CDU na proposta de alteração em discussão.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) anunciou que o BE iria votar contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Disse que, nas palavras do Sr. Presidente, uma redução de dez por cento em cento e noventa euros mensais é irrisório, mas para as famílias carenciadas, dezanove euros não é um valor irrisório. Referiu que numa situação de crise económica a área social deve ser a última a sofrer cortes. Disse que fez contas e o valor da redução é pequeno, mas faz falta a quem precisa, não compreendo a actuação da Câmara Municipal, quando tomou conhecimento que vai ser dado um apoio extraordinário ao Clube Gil Eanes, ou seja, não vê esforço de controlo de despesa, por parte da Câmara, como seria de esperar.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que o PS lamentava o atraso no pagamento das bolsas, que ainda estão para pagar. Sobre a filosofia de atribuição das bolsas de estudo, disse que a mesma já vem de anteriores Executivos, mas nos tempos actuais, se calhar, já não tem cabimento ser atribuídas pelas Autarquias, porque no presente até as universidades privadas permitem que os alunos se candidatem a bolsas de estudo, sendo que caberá ao Estado dar as bolsas de estudo, cabendo às Câmaras Municipais um papel de complementaridade, que não aparecesse da mesma maneira como aparece, regulamentado. Disse que a proposta de valor da bolsa de estudo passa de cinquenta por cento, do ordenado mínimo nacional, para quarenta por cento e que a Câmara Municipal de Portimão no ano lectivo de 2010/2011, atribuiu quarenta e cinco bolsa de estudo, enquanto que Lagos atribuiu sessenta.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que o critério de atribuição de bolsas de estudo pode não estar bem feito, todavia retirar dezanove euros para quem tem pouco é muito, pelo que seria bom que o Executivo ponderasse a situação. Referiu que não deve ser feito a atribuição destas bolsas com outros subsídios a atribuir, como o que vai ser atribuído à Gil Eanes, uma vez que este Clube é um dos clubes que dá projecção à cidade e é um dos clubes é campeão nacional, trazendo isso mais valia para a cidade.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que ainda é do tempo em que o actual Executivo atribuía bolsas de estudos para se ir para a Suécia tirar Mestrados sobre turismo, mas tirando esse acidente de percurso, o facto é que numa altura de grande crise, deveria haver uma preponderância e um apoio em relação a estas questões. Disse compreender que o actual estado das finanças municipais, não pode ir muito além daquilo que existe, mas no entanto pediu ao Executivo Municipal que repensasse a medida proposta, que não pode ser tomada como medida de contenção, dado os valores em questão. Referiu que o valor “poupado” com esta medida podia ser poupado nas Empresas Municipais com a redução dos Administradores Executivos. Terminou sugerindo à Câmara Municipal que retirasse a proposta, no sentido, de uma forma unânime, ser encontrada uma solução para esta situação em concreto.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que o PS tinha noção de que quarenta e sete euros faz moessa no bolso do estudante e da família, mas também têm a noção



que ao diminuir-se a verba a atribuir, também se pode contemplar mais pessoas em vez de menos, é uma questão de equidade. Referiu que lhe fazia confusão que o Sr. Nuno Serafim se viesse “armar” em arauto da acção social. Disse que neste momento o novo Ministro da Educação traçou um plano de desinvestimento na escola pública e por isso a Câmara está a tentar superar as carências que as famílias têm, diminuindo, ligeiramente, as bolsas, mas podendo continuar a atribuir o mesmo número de bolsas às famílias carenciadas.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não pretendia ser arauto de nada, tendo feito a defesa do Executivo, reconhecendo no Executivo interesse e trabalho na área da educação. Referiu que as coisas devem estar definidas no regulamento para não haver incertezas nem poderes, por parte de alguém, discricionário na atribuição das bolsas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se o valor da bolsa fosse menos, mais pessoas seriam contempladas, mas o que está em causa é chegar-se a um valor que já por si é insuficiente para a situação em que as pessoas vivem, porque mesmo com este dinheiro, é com grande sacrifício que muitas famílias vão levar os filhos para a universidade, quando ainda por cima as propinas também vão aumentar.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, ironicamente, começou por dar os parabéns à CDU e ao BE, por serem os campeões da solidariedade social. Disse que tem a certeza que a CDU e o BE estarão sempre contra qualquer redução e que continuarão a dizer que se deve dar mais. Ironicamente, deu igualmente os parabéns ao PSD pela sua súbita vocação para competir com a CDU e com o BE, devendo ser isso um “amor de Verão”, sendo que lá mais para o Inverno, quando o actual Governo, fizer uma redução muito mais brutal nas bolsas que atribui, o PSD perceberá que o que está em cima da mesa é apenas um valor e uma atitude simbólica. Referiu que o PS não aceite lições daqueles que querem dar tudo de uma vez só, sobretudo quando as coisas estiverem melhor, para se criar mais demagogia e mais populismo, fazendo-o por código genético. Disse que tudo isto faz parte do debate. Referiu que a situação é muito má, ao ponto de se justificarem estas medidas, lamentando não poder dar muito mais. Afirmou que as medidas de contenção municipal devem passar por todos e vão passar por todos, acrescentando que não baixou a fasquia social, apenas a colocou onde é possível. Disse que o Regulamento foi aperfeiçoado e que o que se procura com esta simbólica redução e ajuste de procedimentos é dizer que as contenções vão passar por todos. Referiu ainda que cada vez há mais pessoas e famílias carenciadas de apoios sociais e por isso têm esses apoios sociais que ser muito bem ponderados e geridos. Terminou dizendo que a bolsa apesar de ter o seu valor reduzido ainda vai ajudar muitos jovens a prosseguir os seus estudos superiores, e todas as pessoas que a recebem têm compreendido a situação.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse, em tom irónico, ter registado os parabéns dados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal à CDU. Referiu que assim como não dá lições também não as recebe. Disse ainda que os alunos, normalmente não recebem as bolsas de estudo no primeiro trimestre do ano lectivo, mas sim no primeiro trimestre do ano civil a seguir, por isso o prazo de recepção de



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

candidaturas é indiferente, no entanto devia esta situação estar bem explícita no Regulamento e não o está, ou seja, deveria estar explícita, no Regulamento, uma data para fixação dos candidatos contemplados com bolsa.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) agradeceu as palavras do Sr. Presidente, em relação à defesa dos direitos sociais por parte do BE. Reforçou e disse concordar com o que foi dito pelo Sr. Sr. Manuel Freire em relação ao número sete da Lei dos Conselhos Municipais da Juventude.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E INVESTIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	0	0	0	0	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	5	1	1	1	<b>8</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 39/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo e Investigação do Município de Lagos, no sentido de ajustar o clausulado às alterações decorrentes da aplicação legislativa e também às realidades sociais, familiares e financeiras, nos termos consignados na alínea a) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. João Bravo (PSD): “Quanto à proposta de alteração do Regulamento de atribuição de Bolsas de Estudo e Investigação do Município de Lagos, não poderia a bancada do PSD estar em maior dissonância da posição adoptada pelo Executivo camarário. Este é um assunto em que a natureza das opções políticas preconizadas pelos Partidos são postas à prova. Aqui e hoje devemos demarcar-nos daquilo que é a opção fácil de um Partido Socialista refém da pequena política e do privilégio sectário. As bolsas de estudo são um exemplo daquilo que em tempo de crise deve ser promovido e aumentado e não diminuído. Hoje cada vez mais há quem precise, porque está em dificuldades, da ajuda daqueles que governam em prol de todos. Os jovens são o futuro do nosso Concelho, a formação e qualificação são sinónimos de mais valias competitivas que urge fomentar e promover. A escolha que aqui foi posta a votação é basicamente de estarmos contra ou a favor dos jovens lacobrigenses mais necessitados. Nós estamos a favor dos jovens de Lagos, porquanto só podemos votar contra uma medida negativa como esta. Esta opção de cortar nos subsídios de apoio aos Jovens de Lagos é contrária às necessidades e objectivos da nossa comunidade, devendo antes sim o Executivo cortar em despesas supérflua, nomeadamente em prestações de serviços inócuas e despesistas e na organização empresarial municipal.”-----

-----**PONTO 7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E**



**REPUBLICAÇÃO, NA ÍNTEGRA, DO REFERIDO REGULAMENTO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-14.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que este assunto é similar ao anteriormente discutido e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem estado a desviar o discurso para a luta política. Disse que as expressões do Sr. Presidente da Câmara, dirigidas ao PSD do “campeão”, “do apoio social” e “atitudes demagógicas”, ficam como argumento para quem o quer, o PSD está a tratar de assuntos sérios. Referiu que o PSD considera que a gestão municipal devia-se, e faz-se, de prioridades, e são as escolhas que estão a ser feitas nesta reunião que definem a estatura política de quem exerce o Poder. Afirmou que não se retira daqueles que menos têm e que o PS está a fazer isso, por isso vai mal o Executivo quando toma a opção de escolher tirar a quem menos tem. Disse que gostaria de ver apresentado, por parte do Executivo Municipal, reduções da despesa real, sobre questões supérfluas ao Município, sobre questões de organização, sobre questões de prioridades, sobre questões, que realmente, façam a diferença no dia a dia da gestão municipal. Referiu que as contas municipais são importantes, mas mais importante são as pessoas a quem as políticas municipais são dirigidas. Disse que mais uma vez o PSD não concordava com esta proposta, nem com o facto de tirar da acção social para dar um subsídio a um clube, seja ele qual for, o que demonstra uma dualidade de critérios que só pode ser explicada por algum transtorno dissociativo, que possa existir no PS, de identidade, em que existe dupla personalidade, em termos políticos. Terminou dizendo que se não fosse o caminho que o PS traçou para o Concelho de Lagos, nos últimos anos, não estaríamos perante este cenário tão negro.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que estava estupefacta e que o Sr. Nuno Serafim tinha uma lata... mas que é uma lata que fica amolgada rapidamente. Dando os parabéns aos técnicos municipais que fizeram a informação que acompanha a documentação deste Ponto, disse que o Sr. Nuno Serafim não deve ter lido a mesma, pois ficava a saber as despesas que a Câmara tem com o ensino pré-escolar, assim como não deve saber o que o Governo PSD está a fazer relativamente aquilo que, contrariamente, a Troika diz, que é investir mais no ensino público em detrimento do ensino privado e cooperativo. Disse que os valores propostos são os limites e no caso de ser preciso a acção social da Câmara dará resposta a situações pontuais, porque a Câmara vê e analisa as situações, ao contrário do PSD que analisa só para deitar abaixo. Referiu que o PSD diz que a Câmara tira àqueles que menos têm, mas isso é mentira.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) mais uma vez afirmou que numa situação de crise económica a acção social deve ser a última a sofrer cortes e por isso anunciou o voto contra do BE, neste Ponto da Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que é mesmo preciso ter lata para o PS ter



Fl. 49v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

feito a intervenção que fez. Referiu que o Governo tomou posse há cerca de uma semana, tomado conhecimento, entretanto, pelo INE, de que o deficit é de sete virgula sete, notícia retida, vá lá saber-se o porquê, até à tomada de posse do novo Governo, por isso a Sra. Deputada Municipal, Maria Fernanda Afonso, só podia estar a brincar. Afirmou que a questão em discussão e a anterior, valem muito e são muito importantes e para o PSD são questões de princípio.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é bonito dizer-se que todos têm que fazer sacrifícios, mas são sempre os mesmos os sacrificados. Referiu que a argumentação da CDU, no Ponto anterior é a mesma para este Ponto, assim como a votação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a CDU tem que ter cuidado porque tem concorrência forte, na Assembleia Municipal, em termos de defesa da acção social. Referiu que o PSD diz que trata sempre os assuntos com muita seriedade, mas não lhe pareceu que tivesse tratado o assunto do IMI com seriedade ao proporem as taxas mínimas para o IMI. Disse que estava em causa um serviço que há uns anos atrás, o Município não providenciava, mas não se pode dar tudo porque simplesmente não há para dar.-----

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E REPUBLICAÇÃO, NA ÍNTEGRA, DO REFERIDO REGULAMENTO**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>CDS</b>	<b>CDU</b>	<b>BE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	0	0	0	0	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	5	1	1	1	<b>8</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 40/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a proposta de alteração ao Artigo 10º do Regulamento da Componente de Apoio à Família, relativo à determinação da comparticipação familiar, e a conseqüente republicação, na íntegra, do referido Regulamento, nos termos consignados na alínea a) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “As Famílias são o núcleo fundamental da organização social de qualquer comunidade. É nos períodos difíceis que a fibra, a capacidade e a visão de quem governa são verdadeiramente postas à prova. São nestes períodos em que devem ser feitas escolhas sobre aquilo que é fundamental em detrimento daquilo que é supérfluo, que se distingue o trigo do joio. Este Executivo Socialista optou por discriminar negativamente as famílias carenciadas de Lagos ao propor a alteração ao Regulamento de apoio à Família, porquanto prejudica os agregados familiares mais carenciados. Nesta altura de crise e incerteza social e económica, devia o Município



de Lagos ser um porto de abrigo para aqueles que na nossa comunidade menos têm. Mas ao invés assistimos a promoção de medidas que de forma cirúrgica vêm diminuindo os apoios. Lagos devia estar a combater a despesa no supérfluo e não no essencial que são as pessoas. Por isto votamos contra.”-----

-----**PONTO 8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A SUBSCRIÇÃO DA CARTA DE ADESÃO À “MARALGARVE - ASSOCIAÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR NA REGIÃO DO ALGARVE”, A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO COMO SÓCIO FUNDADOR, BEM COMO A APROVAÇÃO DA MINUTA DOS ESTATUTOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-16.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que os associados ficam sujeitos a uma entrada inicial e a uma quota anual, a definir pela Assembleia Geral, pelo que questionou a Câmara Municipal sobre os montantes envolvidos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) anunciou o voto a favor do PSD neste Ponto, na expectativa de resultarem benefícios efectivos da actividade desta associação para o Concelho de Lagos, para o Algarve e para o País.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que esta adesão é importante, mas também é importante que estas decisões de adesões não fiquem na mera aprovação da Assembleia Municipal, ou seja, que seja cumprida a lei e seja dado a conhecer ao Órgão Deliberativo os relatórios e contas das empresas e associações de que a Câmara faz parte, assim como dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela mesmas.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que apesar do BE estar de acordo com esta iniciativa, pois visa ser uma rampa de lançamento da economia marítima e contribui para a afirmação da região, a Câmara Municipal de Lagos quer pertencer ao grupo de sócios fundadores, tendo tudo isto despesas; se estamos a passar por uma fase de contenção de despesa, não faz sentido fazer esta despesa, por isso anunciou o voto contra do BE neste Ponto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou se o Sr. Presidente da República foi convidado para sócio fundador desta associação.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse ainda não saber os valores envolvidos nesta participação, assim como não sabia se o Sr. Presidente da República iria ser uma das entidades fundadoras da Associação. Esclareceu que todas as informações que a Câmara recolhe das associações e empresas onde tem participação, são enviadas para a Assembleia Municipal, só que há muitas associações que não fazem chegar os relatórios, as contas e os orçamentos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este ano a Assembleia Municipal ainda não recebeu um único relatório de contas de qualquer empresa ou associação participada pela Câmara Municipal.-----



Fl. 50v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

-----A Sra. Manuel Goes (BE) disse que o BE entende que a sociedade é constituída por pessoas e por isso as defende, em primeiro lugar, não é uma questão de radicalismo; a economia tem por missão servir as pessoas, daí não compreender como é que é proposto cortes sociais e depois apresenta-se este tipo de proposta e é por isso que o BE vota contra.-----

-----Posto isto passou-se à votação do **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A SUBSCRIÇÃO DA CARTA DE ADESÃO À “MARALGARVE - ASSOCIAÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR NA REGIÃO DO ALGARVE”, A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO COMO SÓCIO FUNDADOR, BEM COMO A APROVAÇÃO DA MINUTA DOS ESTATUTOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	<b>PS</b>	<b>PSD</b>	<b>CDS</b>	<b>CDU</b>	<b>BE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	5	1	1	0	<b>26</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 41/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, autorização o Município de Lagos a subscrever a Carta de Adesão à “MARALGARVE - Associação para a Dinamização da Economia do Mar na Região do Algarve”, a participação do Município na Associação como sócio fundador, bem como a aprovação da minuta dos estatutos, nos termos consignados na alínea m) do nº 2 do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 15 de Junho de 2011.-----

-----**PONTO 9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEACÃO DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 502-17.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre este assunto sob proposta da Câmara Municipal e não sob proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal e não está nenhuma proposta da Câmara Municipal em cima da mesa, uma vez que este assunto só vai à próxima reunião da Câmara Municipal, que se realiza dia 6 de Junho. Informou que o Grupo Municipal do PSD estava disponível para voltar na próxima segunda-feira para apreciar o Ponto em causa. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que é contra o bom senso e contra as regras mínimas da decência política colocar em causa uma situação desta natureza, em que as melhores opiniões acham que o legislador se enganou,



porque este é um assunto que não tem cabimento vir à Assembleia Municipal. Referiu que não faz sentido colocar a questão de faltar um comprovativo da ratificação da Câmara Municipal, quando a competência para a adjudicação é da Assembleia. Disse que o processo está completo e irá ser, com certeza, ratificado pela Câmara, não lhe parecendo que haja qualquer óbice para que a Assembleia não delibere sobre o assunto. Recordou que o Presidente da Câmara tem competência para adjudicar contratos de milhares de euros, em situação de urgência processual. Disse ainda que não se justifica reunir a Assembleia Municipal, em mais uma reunião para deliberar sobre este assunto.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) perguntou se a empresa em causa, UHY Portugal – Auditoria, Consultadoria e Formação, Lda., não podia reduzir, simbolicamente, os honorários.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que a empresa já reduziu os honorários em dez por cento, imposto pela lei.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse compreender todos os argumentos, mas há três anos que se sabia que isto tinha que ter continuidade e por isso este assunto devia ter sido tratado com mais antecipação, para que agora não fosse argumentada a urgência para este assunto. Acrescentou que, dê-se as voltas que se der, ainda não há deliberação da Câmara sobre este assunto, ou seja, só a próxima quarta-feira é que este assunto é aprovado na Câmara para vir à Assembleia.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que se este assunto é uma competência exclusiva da Assembleia Municipal, significa que a Assembleia tem que aprovar necessariamente, só que a deliberação da Assembleia só é válida se existir uma deliberação da Câmara Municipal, ou seja, mesmo que este assunto seja deliberado nesta reunião, só terá validade se a Câmara Municipal aprovar o mesmo em reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que a figura da ratificação, permite a um determinado Órgão, em nome de outro Órgão, a quem tem que prestar contas, estando sujeito a que esse Órgão venha a reprovar a atitude, mas os efeitos, já produzidos, terão que ser devidamente acautelados. Disse que se estava perante uma situação em que o Presidente da Câmara, dada a urgência, toma uma decisão no lugar da Câmara, sendo que o Presidente da Câmara Municipal, já tomou muitas decisões, de muitos milhares de euros e em alguns casos com a execução dos contratos, antes da ratificação da Câmara, que por definição, é uma confirmação da decisão tomada e a partir daí todos os efeitos que estariam, eventualmente, em espera, se concretizam. Referiu que o que foi enviado à Assembleia é uma proposta do Presidente da Câmara, em vez da Câmara, de quem o Presidente está obrigado a receber uma confirmação, se a confirmação não ocorrer, como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a deliberação da Assembleia Municipal, não pode produzir efeito. Acrescentou que se é essa a dúvida dos Srs. Deputados, garantiu que a Câmara ratifica esta decisão do Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD), em jeito de comentário à parte final da intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse que “a isso chamava-se a ditadura



Fl. 51v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

da maioria”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Sr. Presidente já tem muitos anos de Presidente da Câmara, por isso perguntou se já se tinha defrontado com uma situação idêntica. Referiu que o Presidente da Câmara não é um Órgão; Órgãos são a Assembleia e a Câmara Municipal e os assuntos vêm à Assembleia Municipal no seguimento de propostas aprovadas pela Câmara Municipal e não pelo Presidente da Câmara e isso é que está a levantar dúvidas. Disse que houve tempo para preparar esta situação e a mesma não é uma situação de urgência. Referiu que a dúvida é se a Assembleia Municipal deliberar sobre este assunto, tal qual está apresentado, se a mesma deliberação pode, ou não, estar ferida de ilegalidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), a propósito desta última referência disse que se a deliberação da Assembleia, estiver ferida de ilegalidade, a mesma será nula.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que está claro, em relação a esta matéria, que a Assembleia Municipal tem que deliberar sobre proposta da Câmara Municipal e neste momento não existe nenhuma proposta da Câmara Municipal, porque a mesma ainda não deliberou sobre este assunto. Anunciou que se a Mesa colocar este assunto a votação a Bancada do PSD retira-se, porque é da opinião que este assunto não pode ser votado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que não se justificava que a Assembleia Municipal não se pronunciasse sobre o assunto nesta reunião, porque a Assembleia tem uma proposta de alguém que está a agir em nome da Câmara e com competência para o fazer, em virtude da urgência e tudo ficará saldado, sem nenhuma nota crítica à Assembleia, no momento em que a ratificação acontecer; acrescentando que não há “ditadura da maioria” na Câmara Municipal.---

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) disse que esta situação está a tornar-se um pouco anedótica. Referiu que se por um lado há a urgência na deliberação deste assunto, facto compreendido pelo PS, por outro lado, também percebem, que efectivamente não há uma deliberação da Câmara Municipal, por isso sugeriu que fosse feita a votação do assunto e depois fosse solicitado, com urgência, um parecer jurídico à Associação Nacional de Municípios Portugueses, para saber da legalidade da deliberação tomada pela Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD estava disposto a deliberar sobre este assunto, numa próxima reunião desta Sessão da Assembleia, abdicando do recebimento da respectiva senha de presença.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse recusar a ideia de que a deliberação tomada nesta reunião sobre este assunto, seja ilegal.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que a Assembleia Municipal vai deliberar sobre este assunto nesta reunião, sendo esta deliberação válida após idêntica deliberação da Câmara Municipal.-----

-----No seguimento deste anúncio retiraram-se, definitivamente, da sala os seguintes Deputados Municipais, os quais constituíam a Bancada do Grupo Municipal do PSD:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PSD	Eurico José dos Reis Correia	0.06
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo	
PSD	João António do Rio Rosa Bravo	
PSD	José Valentim Rosado	
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim	

-----Posto isto passou-se à votação da **PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITORIA EXTERNA PARA CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE LAGOS**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	19	-	0	0	0	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	-	1	0	1	<b>2</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	-	0	1	0	<b>1</b>

-----**DELIBERAÇÃO Nº 42/AM/2011:**

-----**Deliberado**, por maioria, nomear a empresa UHY Portugal – Auditoria, Consultadoria e Formação, Lda., como Auditor Externa para Certificação das Contas do Município de Lagos, dos anos 2011, 2012 e 2013, nos termos consignados no nº 2 do Artigo 48º, da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, no seguimento de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 24 de Junho de 2011.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Do que disse atrás, tenho grandes dúvidas em relação a este ponto; sem ser sob proposta da Câmara, julgo que seja ilegal, por isso votei contra.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Nas deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 8 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,-----

-----,  
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--